O SR. RENATO CINCO – Boa tarde, Senhor Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, senhoras e senhores.

Hoje, quando um observador desatencioso olhar a capa do jornal O Globo, verá duas notícias. Uma delas é a de que nove estudantes da Uerj serão indiciados por terem promovido um quebra-quebra dentro da instituição na última quinta-feira. A outra notícia diz respeito aos dois policiais militares que foram condenados por terem forjado o flagrante durante as manifestações de junho. Uma pessoa que não conheça bem os conflitos na Cidade do Rio de Janeiro pode sair da leitura do jornal O Globo, de hoje, com a impressão de que temos uma Justiça equilibrada, que pune os baderneiros, mas também pune os policiais que cometem abuso de autoridade. Seria um grave engano essa conclusão, apesar de a capa do jornal O Globo mostrar, indicar um certo equilíbrio. Não é isso o que temos visto, no Rio de Janeiro, de dois mil e treze para cá. O dia vinte de junho: tivemos a maior manifestação política da história da nossa cidade, e o maior ato de repressão da história da nossa cidade, com a tropa de choque batendo da Prefeitura ao Palácio Guanabara. Desde o dia vinte de junho, o cidadão Rafael Braga Vieira, morador de rua, está preso porque portava Pinho Sol na manifestação. Um ano depois, na véspera do início da Copa do Mundo, vinte e um cidadãos tiveram sua prisão preventiva decretada pela Justiça, acusados de uma série de crimes relacionados à organização de manifestações violentas. Alguns estão presos, alguns foragidos, outros conseguiram “habeas corpus”. Quase um ano e meio depois, sai uma punição de dois policiais. Quem acompanhou as manifestações de junho, quem ouviu as denúncias dos manifestantes de junho, quem tomou conhecimento do vazamento do “WhatsApp” de oficiais da Polícia Militar, em que se podiam ver mensagens usando até termos nazistas para incitar a tropa a agredir os manifestantes; quem acompanhou e tem o mínimo de honestidade sabe que não são só dois policiais militares que deveriam ter sido punidos pelos abusos cometidos nas manifestações de dois mil e treze para cá. Inclusive, na cúpula da Polícia Militar, houve essas orientações acompanhadas de “slogans” nazistas, insuflando que a polícia cometesse a barbárie nas ruas da cidade.

Agora, nós vemos novamente o desequilíbrio, a repressão se impondo àqueles que lutam. Na quinta-feira da semana passada, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro estava promovendo uma remoção na favela Metrô Mangueira, que fica ao lado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Claramente, uma remoção ilegal. Não há como ser legal uma cidadã sair para trabalhar e, ao voltar para casa, encontrar a sua casa demolida. Não há como ter legalidade um ato desses. É impossível. Os estudantes que estavam reunidos em assembleia, na Uerj, se dirigiram até à favela do Metrô Mangueira para prestar solidariedade aos moradores que estavam sofrendo aquela bárbara violência da nossa Prefeitura. Receberam tiros, pancada e bomba da tropa de choque, como troco por terem saído da universidade para defender o povo. Foram duramente reprimidos e tentaram se refugiar na Uerj. Estudantes e moradores correram para dentro da universidade para escapar do ataque da Polícia Militar, que lançou bombas inclusive dentro do estacionamento do campus universitário.

E, aí, qual foi a reação da administração da Uerj? Qual foi a reação do Reitor Ricardo Vieiralves e seus subordinados? Acolher os estudantes, acolher os moradores da favela Metrô Mangueira, garantindo a sua segurança diante da violência da polícia? Não! A reação da reitoria da Uerj foi produzir uma cena inédita nas universidades brasileiras, ou seja, os seguranças terceirizados da universidade e os seguranças do quadro da universidade agredindo os manifestantes e expulsando-os de volta para a Polícia Militar, que também os agredia, utilizando, inclusive, mangueiras de incêndio, jatos d’água, dentro da universidade, todo esse aparato sendo lançado contra os estudantes e moradores da favela, que lá buscavam refúgio da ação truculenta da Polícia Militar.